

A GEOGRAFIA DA INTERNET: ELEMENTOS PARA A GESTÃO URBANA

Vandeir Robson da Silva Matias
Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
vandeir@deii.cefetmg.br

Bruno Rocha Cordeiro Costa
Graduando em Biomedicina pela UFMG

Resumo

Ofertar serviços públicos do Estado ao cidadão e viabilizar acesso às informações necessárias à construção da cidadania e democracia são os preceitos básicos da política de governo eletrônico no Brasil e no mundo, sendo uma tentativa de gerar igualdade de oportunidades na sociedade da informação, o que é um direito de todos. Este artigo pretende avançar na análise das características do governo eletrônico no Brasil e algumas experiências dessa política em Belo Horizonte, a partir da relação internet, política e gestão urbana, refletindo sobre o uso da tecnologia para fins democráticos. Objetiva-se contribuir no debate sobre o aproveitamento das políticas públicas de inclusão digital enquanto elementos de valorização dos lugares, organização dos recursos e projetos que favorecem as trocas de saberes, conhecimento e de experiências, criando redes de ajuda mútua que desenvolvem maior participação da população nas decisões políticas do espaço urbano.

Palavras Chave: Gestão Urbana, Política e Internet.

THE GEOGRAPHY OF THE INTERNET ELEMENTS FOR URBAN MANAGEMENT

Abstract

Giving State public services to citizens and enable access to information needed for citizenship and democracy are the basic tenets of e-government policy in Brazil and worldwide, and an attempt to generate equal opportunities in the information society, which is a universal right. This article aims to advance the analysis of the characteristics of electronic government in Brazil and some experiences of this policy in Belo Horizonte, with effect from the Internet, politics and urban management, reflecting on the use of technology for democratic ends. It aims to contribute to the debate about the use of public policies on digital inclusion as part of recovery places, organization of resources and projects that promote the exchange of knowledge, experience and knowledge, creating networks of mutual aid to develop greater public participation policy-making of urban space.

Keywords: Urban Management, Politics e Internet.

Introdução

A globalização continua fragmentando o espaço, tornando-o ora homogêneo ora heterogêneo. A cidade é lócus essencial da dinâmica global uma vez que estão em rede, embora em posições diferenciadas na hierarquia urbana. Estar em rede significa possuir um caráter de ligação, conexão que irá atuar na produção do espaço ou (re)configuração do mesmo. Essa produção não é neutra, ela é carregada de sentidos, articulações e jogos de interesses, que refletem na organização do espaço.

Existe nesse cenário uma gama de cidadãos, que se encontram excluídos da sociedade por não possuírem o controle de alguns elementos estratégicos como o capital, informação ou equipamentos. Hoje nos deparamos com um novo termo: inclusão digital. Os problemas básicos¹ da humanidade não foram sanados e já se identificam cidadãos excluídos digitalmente, de modo a gerar a ocorrência de políticas públicas de inclusão dessa categoria.

As novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as Tecnologias da informação e comunicação são principalmente utilizadas por um considerável contingente de atores em função de seus objetivos particulares, essas tecnologias são apropriadas por alguns setores estatais e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades e tomada de poder por um grupo específico.

Atualmente a cidade é uma *cibercidade*, repleta de redes de telecomunicações, informática e informações *online*. Existe assim um movimento de virtualização do urbano que interfere na sua organização e planejamento. Aquele atinge mesmo as modalidades do estar junto, do conhecimento, da constituição dos nós gerando redes sociais, empresas e democracia virtuais. O virtual contribui para a des-re-territorialização, gerando diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo estar preso a um lugar ou tempo em particular.

Nessa lógica de virtualidade aplicada ao acesso de informações na cidade, o computador é antes de tudo um operador do potencial da informação. A comunicação via rede de computadores, é um complemento, um adicional dos encontros físicos, pois é necessário construir maneiras originais de construir coletivos inteligentes na sociedade contemporânea.

Nesse contexto foi gerado no ambiente das novas tecnologias, o conceito de governo eletrônico. Uma das possibilidades mais positivas desse processo é a gestão da cidade e a perspectiva de entrada em cena de novos atores nos debates sobre temas que interferem na qualidade de vida da sociedade civil. O governo eletrônico é uma política pública que tende colocar o cidadão e a cidadania como foco central. Esse modelo de política pública é representado por um conjunto de ações sociais desenvolvidas pela administração pública direta, onde se busca o investimento em transparência e estímulo ao relacionamento com o cidadão.

Ofertar serviços públicos do Estado ao cidadão e viabilizar acesso às informações necessárias à construção da cidadania e democracia são os preceitos básicos dessa política, ou seja, é a tentativa de gerar igualdade de oportunidades na sociedade da informação, pois esta é um direito de todos.

Este artigo pretende avançar na análise das características do governo eletrônico no Brasil e algumas experiências dessa política em Belo Horizonte, a partir da relação internet, política e gestão urbana, refletindo sobre o uso da tecnologia para fins democráticos.

Objetiva-se contribuir no debate em relação ao aproveitamento das políticas públicas de inclusão digital enquanto elementos de valorização dos lugares, organização dos recursos e projetos que favorecem as trocas de saberes, conhecimento e de experiências, criando redes de ajuda mútua que desenvolvem maior participação da população nas decisões políticas do espaço urbano.

Internet e os processos políticos

Dentro do contexto de informação governamental para promoção da cidadania e exercício da democracia, o conceito de governo eletrônico ganha novos contornos. Esse modelo de política pública é representado por um conjunto de ações sociais desenvolvidas pela administração pública direta, onde se busca o investimento em transparência e estímulo ao relacionamento com o cidadão. Recuperando Castro, (2005, p.203)

Três direitos como pilares daquilo que a cultura política ocidental contemporânea considera ser cidadã: os direitos civis como aqueles fundamentais à vida, a liberdade, a propriedade e a igualdade perante a lei, garantindo a vida em sociedade, os direitos políticos que definem as normas, os limites da ação coletiva individual e que

asseguram a participação no governo da sociedade e os direitos sociais como salvaguarda ao acesso a riqueza produzida coletivamente(...).

Garantir os direitos citados por Castro, ofertar serviços públicos do Estado ao cidadão e viabilizar acesso às informações necessárias à construção da cidadania e democracia são os preceitos básicos da Política. O direito a informação é colocado em pauta pelos novos cenários da política. O acesso à informação e o direito à comunicação são direitos inalienáveis do ser humano e, por isso, o acesso e a produção devem ser compreendidos como um novo direito humano fundamental, devendo ser respeitado, garantido e promovido pelo Estado brasileiro, podendo utilizar os sistemas de redes. Complementando Guidi, (2002, p.184) diz que

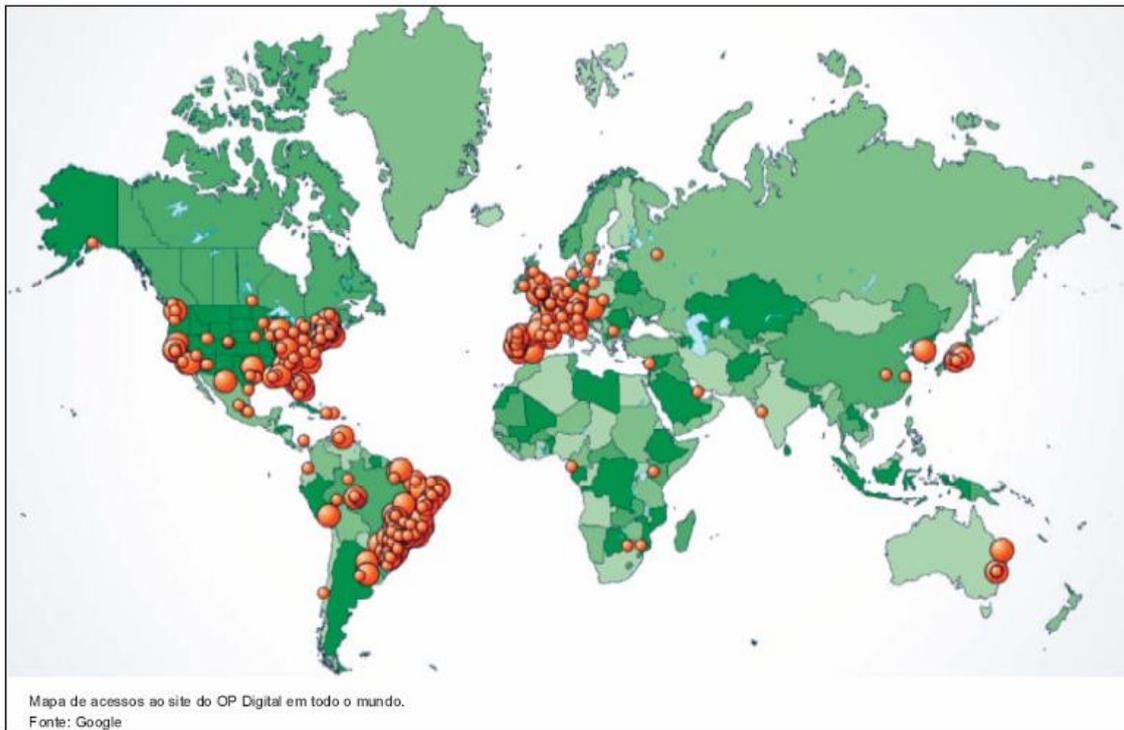
A rede assume assim funções de reorganização e gerenciamento (acesso comum, amplo e democrático à informação e serviços), mas também, é acima de tudo, o lar dos processos e comportamentos de inovação, invenção e significação, e forma uma esfera social e democrática completa. A rede, um meio que, por sua vocação e natureza técnica, é uma espécie de agora, candidata-se a contribuir para a modelagem do novo espaço urbano e metropolitano, mediando o local e o global, o material e o digital, o passado e o futuro, a memória e o projeto.

O Estado através de suas ações compreende que o período atual é da revolução informacional. A partir dessa constatação busca implementar políticas que efetivem a disponibilização de informações. O governo do Município de Belo Horizonte, buscando a eficiência para implantar as decisões da população, lançou em novembro de 2006 o Orçamento participativo digital (OP Digital), uma consulta popular via Internet sobre as obras de interesse da comunidade de cada regional da cidade. De acordo com Bemfica, (1996, p.7)

A forma mais elementar de exercício do direito político é o voto, uma sociedade será tanto mais democrática quanto mais universalizado for o direito ao mesmo e menores as restrições na competição pela participação no governo.

O governo avança na política pública do governo eletrônico e cria um processo deliberativo digital como algumas cidades dos países centrais. Até então a política do governo eletrônico manteve uma interação passiva com o usuário. Os gestores se

preocupavam substancialmente com a disseminação da informação governamental para dar visibilidade à administração. O orçamento participativo de Belo Horizonte foi um processo que interessou não apenas aos cidadãos da capital mineira, o acesso extrapolou as fronteiras brasileira conforme mostra o mapa 1.



Mapa 1- Acessos ao site do OP Digital 2006

O Estado cria novas regras do jogo do urbano no contexto das transformações vigentes. É uma nova forma de fazer política o que configura uma nova forma de analisar o espaço urbano. Não se sabe o que ainda poderá ocorrer, contudo é necessário ampliar a análise.

O processo de globalização no seu modelo informacional transformou a organização espacial das relações sociais e políticas. As mudanças contemporâneas nos territórios são pautadas a partir de sistemas técnicos, ou melhor, sistemas de engenharia materiais e imateriais¹, que proporcionam um contato indireto com as pessoas.

O advento da tecnologia possibilitou novas formas de ação política associada a diversos atores sociais e políticos no espaço urbano. A política constitui-se em uma busca pelos interesses públicos comuns, em um processo em que a necessidade de consenso faz com que as razões sejam colocadas sob a avaliação de todos. Lévy se apresenta bastante otimista com o novo cenário que surge:

(...) Uma nova orientação das políticas de planejamento do território nas grandes metrópoles poderia apoiar-se nas potencialidades do ciberespaço a fim de encorajar as dinâmicas de reconstituição do laço social, desburocratizar as administrações, otimizar em tempo real os recursos e equipamentos da cidade, experimentar novas formas democráticas. (LÉVY,1999, p.186)

Existem algumas diferenças do que se entende por democracia e governo eletrônico. O governo eletrônico corresponde ao uso de tecnologias pelos governos como parte do esforço de modernização e racionalização da prestação de serviços públicos aos usuários, melhorando a qualidade dos serviços ofertados, reduzindo custos através do modelo virtual.

A democracia eletrônica pode ser entendida como um conjunto de processos democráticos que propiciam a participação cidadã por meio das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação). Estas estão relacionadas com questões fundamentais acerca da natureza da governança e processos decisórios relativos ao Estado e a relação deste com os cidadãos. Segundo Maia, (2002, p.47)

(...) as novas tecnologias podem propiciar um ideal para a comunicação democrática, oferecendo novas possibilidades para a participação descentralizada, elas podem também, sustentar formas extremas de centralização do poder.

Governo e democracia na forma eletrônica valorizam o processo de provisão de informações aos membros da comunidade e dependendo do projeto ou modelo adotados pode gerar a potencialidade para a redistribuição ou concentração do poder político. Na democracia no módulo tecnológico não só os governos podem ser seus agentes, mas também indivíduos e coletivos organizados em sociedade, que passam a estabelecer novas formas de relações de informação e comunicação no território. A fig. 1 representa, esquematicamente, o governo eletrônico e a democracia, onde a interface corresponderia a um modelo de governo eletrônico participativo.

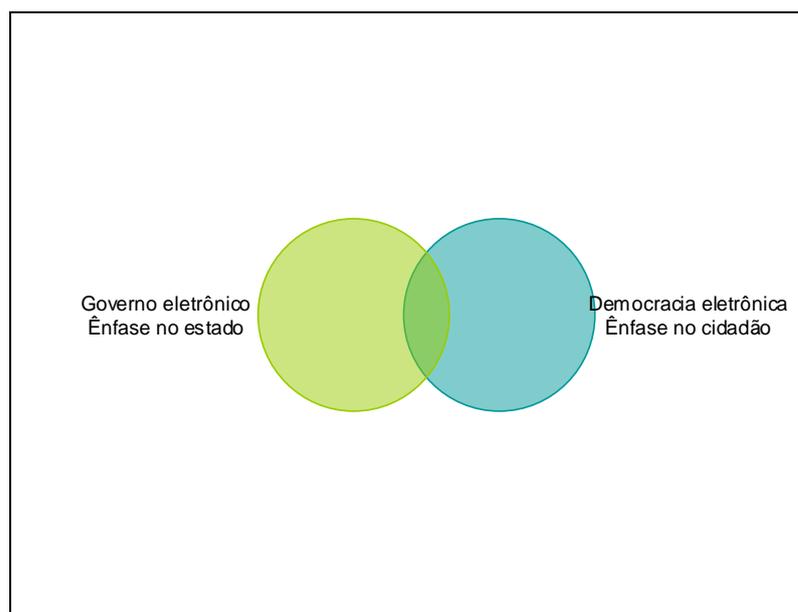


Figura 1- Governo e democracia eletrônica

A utilização de sistemas de engenharia imateriais ou virtuais pelo Estado se configura como uma tentativa de aproximação dos cidadãos com a “democracia”, no caso uma “democracia virtual”, ou seja, o Estado usufruindo o ciberespaço de modo a aproximar os cidadãos da gestão da cidade. O cenário atual solicita o debate sobre as (im) possibilidades dessa relação, uma vez que essa governança busca novas maneiras de articular dois espaços qualitativamente diferentes: o território e a inteligências coletivas.

Existem várias organizações sociais, novas unificações coletivas, novas formas de lutas políticas e novas formas de se fazer política gerando tempos e espaços diferentes. A velocidade do fluxo de informações, serviços, mercadorias e conhecimento é a primeira característica da virtualização do espaço, conforme Castells, (2002, p. 487) aponta que:

(...) a interação entre a nova tecnologia da informação e os processos atuais de transformação social realmente têm um grande impacto nas cidades e no espaço. De um lado, o *layout* da forma urbana passa por grande transformação. Mas essa transformação não segue um padrão único, universal: apresenta variação considerável que depende das características dos contextos históricos, territoriais e institucionais. De outro, a ênfase na interatividade entre os lugares rompe os padrões espaciais de comportamento em uma rede fluida de intercâmbios que forma a base para o surgimento de um novo tipo de espaço, o espaço de fluxos.

A configuração da sociedade contemporânea permite discutir as novas tendências e paradigmas da política e da gestão pública contemporânea, analisando temas da agenda da gestão pública democrática. Recuperando Castro novamente, (2005, p.200)

A disponibilidade de recursos institucionais acessíveis aos espaços cotidianos do cidadão é um campo de investigação que amplia a perspectiva geográfica sobre a natureza dos processos que presidem o exercício dos direitos sociais e políticos.

A gestão política de alguns municípios brasileiros como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba entre outros está embasada nas novas tendências e paradigmas da gestão pública contemporânea. Nessa agenda temos a idéia de governança, eficiência, governo eletrônico, disseminação da informação, transparência, participação e descentralização. Vislumbram-se transformações dos processos espaciais e de redes sociais, no contexto global a partir dos sistemas de engenharia virtuais. A economia política da informação produz uma nova espacialidade e possibilita mudanças na concepção do urbano e cidadania que segundo Castro, 2005, p.205 é a prática do cotidiano social que ocorre no território e é influenciada pelo arcabouço institucional oferecido ao cidadão.

Experiências próximas podem ser verificadas em cidades localizadas em países desenvolvidos da Europa. O objetivo era criar e fortalecer novos canais de participação do cidadão no município. As principais experiências mundiais se destacam por serem as pioneiras² são elas:

- Cleveland Freenet, vinculado a Case Western Reserve University na Cidade de Santa Mônica- Califórnia- Estados Unidos.
- Iperbole Program, na cidade Bolonha- Itália.
- A cidade Digital de Amsterdã- Holanda.

Esses três exemplos de políticas contemporâneas pautadas em sistemas de engenharia imateriais em países desenvolvidos possuíam semelhanças nos objetivos quanto ao fornecimento de informações dos governos locais, organizavam conversas e trocas de informações *online* entre os cidadãos da rede e a participação na gestão da

cidade. O governo desses países tornou-se espaço de mobilização social. Ativistas de diversas causas usavam esse espaço para promover a participação dos cidadãos na democracia local. Além da emergência dos movimentos sociais *online*, o governo forneceu programas de treinamento e ajuda para as pessoas não proficientes tecnologicamente em centros de tecnologia comunitária. Observa-se um conceito clássico de política nesses governos próximo da vertente teórica da ciência política que analisa as ações dos atores sociais no urbano a partir dos aparatos institucionais.

Particularmente no mundo em muitas cidades vêm sendo desenvolvidas experiências menos conhecidas, mas não menos importantes acerca desse tipo de governança. A cidade de Belo Horizonte é um desses casos, onde encontramos *online* os interesses, voz, dúvidas e preocupações dos cidadãos a cerca do município.

Belo Horizonte reconheceu o potencial dos sistemas de engenharia virtuais para transformar a execução de suas funções no ano de 2001. Este modelo político se baseia na perspectiva do cidadão, gestor público e gestor da tecnologia da informação para o seu pleno desenvolvimento. Segundo Uhler, (2006, p.21)

(...) Uma das principais metas de qualquer sociedade que esteja lutando pelo desenvolvimento humano é o fortalecimento de todos os seus cidadãos, por meio do acesso e utilização da informação e do conhecimento.

A política do Governo eletrônico no Brasil

O ato de governar, além de administrar o Estado, é caracterizado pelo voto de confiança dado pela população aos políticos no poder. Tal voto abrange a prestação de serviços e a garantia que o cidadão tenha acesso e condições de usufruir desses serviços. As Tecnologias da Informação e Comunicação, as TIC, têm sido cada vez mais utilizadas para dar suporte a essas atividades, o que é denominado de governo eletrônico.

A teoria de aplicação do E-gov é relativamente simples, mas existem algumas questões que atrapalham o desenvolvimento e aplicação dessa teoria. A estabilidade das soluções, a eficiência destas e a possibilidade de uso das TIC pela população são

algumas das dificuldades. As soluções devem se estender por todo o território nacional, atendendo cada cidadão, possibilitando o usufruto máximo por cada um.

A resolução dessas questões abre um leque de possibilidades de pesquisa de desenvolvimento tecnológico na área do E-gov, desde plataformas escaláveis para gerenciar o grande volume de dados até interfaces mais intuitivas que tornem mais fácil o acesso de um número maior de cidadãos, utilizando estratégias de organização de dados e fluxos de trabalho e apresentação de informações; possibilidades pouco exploradas e que necessitam cada vez mais da atenção dos profissionais de computação e planejamento urbano.

A informatização dos governos é decorrente da nova dependência da sociedade e economia da internet, já sendo utilizada em diversos países, mas em nenhum de forma completamente satisfatória. Ainda não foi criado um sistema capaz de promover a real participação do cidadão, tanto na geração do conteúdo quanto na discussão de temas que afetam diretamente a vida da população. O Principal objetivo do E-gov é, através da inclusão digital, gerar uma maior eficiência e eficácia na administração política, caracterizando assim uma nova forma de relacionar a administração pública com a sociedade. O termo desburocratização caracteriza bem um dos principais objetivos do governo eletrônico. As formas de E-gov são G2C Governo para Cidadão, G2B Governo para Negócios (Intranet) e G2G Governo para Governo (Extranet).

No Brasil o órgão responsável pelas normas relacionadas ao uso da TI na Administração Pública Federal é a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), que objetiva aumentar a visibilidade das ações do governo federal pela população e o controle social sobre essas ações.

O Portal da Transparência é um veículo virtual do governo federal que divulga dados sobre a utilização do dinheiro público para a população. Criado pela Controladoria Geral da união em 2004, o portal visa transparecer a administração dos recursos públicos, permitindo que qualquer cidadão acompanhe a execução das obras e programas do governo federal, possibilitando assim maior fiscalização e participação da população.

O projeto Via Digital vem possibilitando a informatização de vários municípios por todo o território nacional, permitindo uma aproximação entre prefeituras e empresas de software que possuiriam os recursos necessários para a informatização. O projeto

cria uma comunidade virtual que relaciona prefeituras e desenvolvedores, oferecendo também informações para o setor público, partindo do ponto que a maioria das prefeituras não possui conhecimentos sobre software e suas implicações legais. Os serviços de informação procurados são diversos, estando a maior demanda no setor da informatização. Cerca de 90% dos municípios brasileiros não têm recursos para investir na área.

Ao administrar a informatização necessária não basta dispor dos recursos e equipamentos necessários, mas também do treinamento de pessoal, customização de uma solução específica e migração de dados. As oportunidades da área de tecnologia da informação se concentram principalmente nas grandes cidades, o que dificulta a aplicação das soluções tecnológicas nas pequenas cidades. O Projeto Via Digital também foca essa questão, orientando pequenas empresas que desejam trabalhar nessas pequenas cidades e incentivando estudantes desejosos de atuar em seu município de origem.

Um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) definiu sete níveis de qualidade para os serviços de E-gov. A pesquisa objetivou mostrar em qual nível de desenvolvimento uma determinada prefeitura se encontra e qual o melhor caminho para que ela possa subir de nível. Alguns órgãos do governo disponibilizam algumas informações on-line e as denominam erroneamente de governo eletrônico, sendo essas muitas vezes apenas folhetos eletrônicos.

O nível 1 é o mais básico, chamado folheto ou brochura; no nível 2 se encaixam serviços de organizados de informação de acordo com as necessidades do cidadão; o 3 se refere à funcionalidade e facilidade de acessos aos serviços on-line; o nível 4 se a realização de transações; o 5 a download de arquivos da internet; o 6 é o mais complexo, requer a participação de outros órgãos; o nível 7, o mais completo, se relaciona com o serviço on-line.

O governo brasileiro tem pouco conhecimento na área de informática e a maioria dos serviços nessa área são terceirizados. É fundamental o investimento de recursos no treinamento de pessoal e capacitação dos usuários, visto que o país já dispõe dos equipamentos e programas necessários. Prevê-se que a maioria dos recursos será implantada no aprimoramento do governo eletrônico. Os únicos exemplos bem sucedidos de governo eletrônico brasileiro são a urna eletrônica, a declaração de

imposto de renda e o orçamento participativo digital realizado em alguns poucos municípios.

O gerenciamento dessa área é feito pela Secretaria de Política e Informática do Ministério de Ciência e Tecnologia em ações conjuntas com o Ministério do Planejamento. Tais órgãos gerenciam os recursos financeiros, aprovam os projetos que serão aplicados, geralmente oriundos de instituições de ensino e pesquisa, e buscam incentivar a criação de empresas de base tecnológica que atenderiam a demanda do governo na busca de inovações em tecnologias da informação e comunicação.

A Geografia da Internet: análise de dados do CETIC

A Internet foi criada em período de guerra, como uma arma a ser utilizada para vencer as batalhas. Passou a ser instrumento de comunicação e entretenimento, sendo agora utilizado para divulgação de informações, inclusive políticas. O termo política é derivado do grego antigo πολιτεία (*politeía*), que indicava todos os procedimentos relativos à *pólis*, ou cidade-Estado. Por extensão, poderia significar tanto cidade-Estado quanto sociedade, comunidade, coletividade e outras definições referentes à vida urbana. Segundo Cepik e Heisenberg, (2004, p. 57):

Através da internet, pode-se acompanhar processos eleitorais ao vivo, permitindo, portanto um maior controle contra fraudes eleitorais durante a fase de processamento de resultados. Ela também permite um acompanhamento da pauta e das decisões do legislativo ainda que as redes televisivas do legislativo sejam mais importantes e eficazes para este fim. No âmbito do executivo, a Internet facilita o esclarecimento de dúvidas sobre informações fiscais e burocráticas, assim como o acompanhamento de obras e consertos agendados pelo poder público.

É justamente para interligar a população com a cidade que a internet está sendo utilizada na divulgação de informações, referendos e orçamentos participativos, por exemplo. Ainda não foram estabelecidos os limites a que essa interação pode chegar, fato que preocupa estudiosos e interessados pelo assunto. Talvez ainda seja cedo para definir as características e principais pontos dessa relação por causa do pouco tempo em que vem acontecendo, mas a rapidez com que essa relação se aprofunda e desenvolve nos faz pensar que agora é o momento certo de definir tais pontos.

O CETIC, Centro de Estudos sobre as Tecnologia da Informação e Comunicação, desde 2005 divulga dados específicos sobre o governo eletrônico no Brasil, além de outros indicadores pertinentes sobre o uso das TICs no Brasil. Esse item tratou alguns dados relativos ao ano de 2007 e trouxe para discussão, a fim de verificar como se desenvolve a relação internet e política no Brasil a partir dos sistemas de engenharia imateriais.

Entre os indivíduos que já acessaram à internet, a porcentagem dos que já acessaram à internet diminui proporcionalmente à classe social dos indivíduos. A classe que mais teve acessos é a classe A e a que menos teve acessos é a DE, como mostra o gráfico 1.

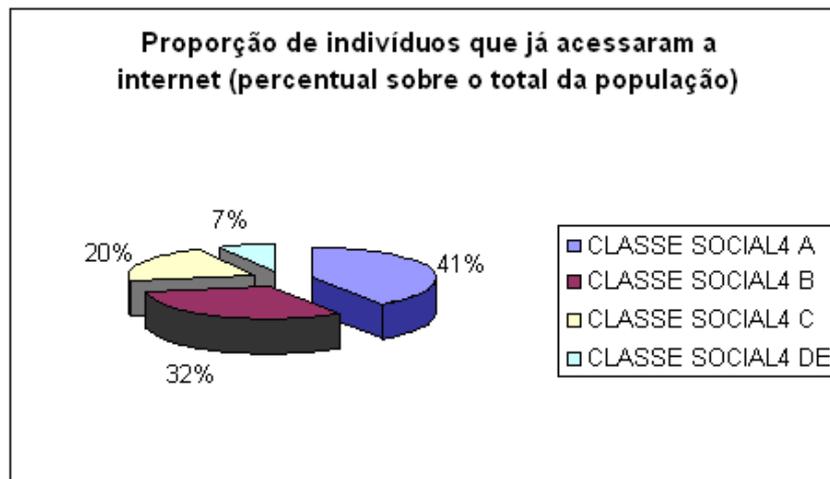


Gráfico 1. Proporção de indivíduos que já acessaram a Internet .
Fonte: CETIC-2007.

Nessa perspectiva a faixa etária que teve maior percentual de acessos foi a de 16 a 25 anos, seguida de 10 a 15 anos e depois de 25 a 34 anos. A faixa de 45 a 59 anos foi a com o segundo menor número de acessos e a que teve menor percentual de acessos foi de 60 anos ou mais, como mostra o gráfico 2.

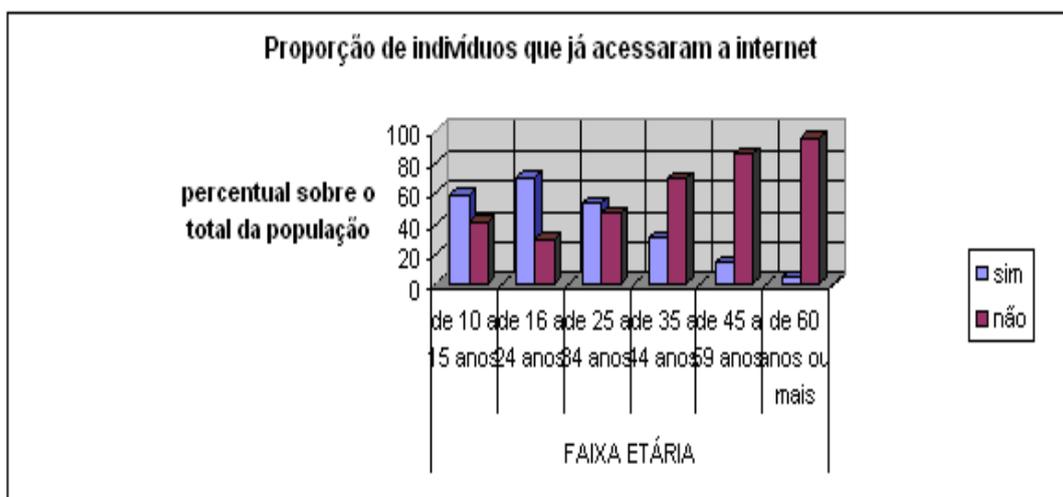


Gráfico 2. Proporção de indivíduos que já acessaram a Internet.
Fonte: CETIC- 2007.

Em todas as regiões o percentual de indivíduos que utilizam a internet para busca de informações e serviços on-line é bem maior que o de indivíduos que não utilizam. A região que mais utiliza a internet para busca de informações e serviços *on line* é a região norte, seguida do centro-oeste, sudeste, nordeste e sul, respectivamente, como apresenta o gráfico 3

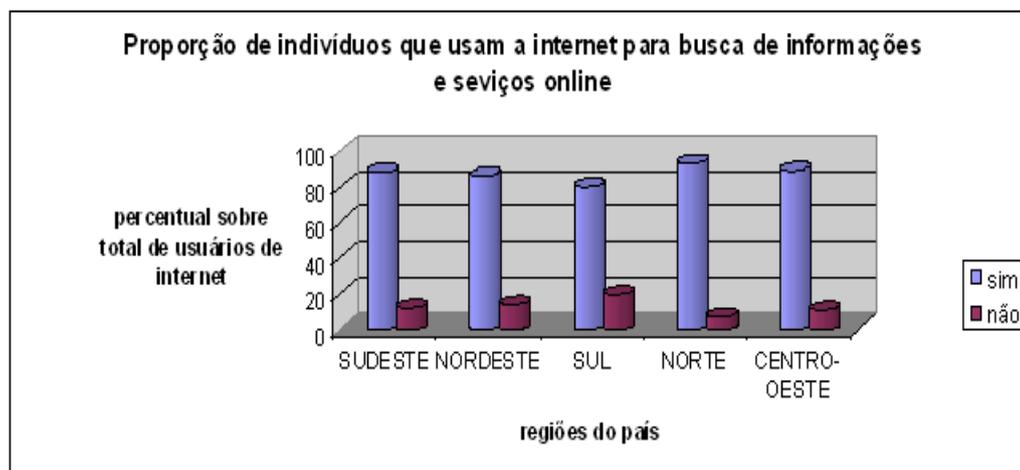


Gráfico 3. Proporção de indivíduos que usam a Internet para a busca de informações e serviços online.
Fonte: CETIC-2007.

Quanto maior as renda familiar, maior o percentual de indivíduos que utilizam a internet para busca de informação e serviços on-line, de modo que a renda de até R\$ 380 possui o menor percentual e a rende de R\$3801 ou mais o maior percentual, ver gráfico 4.

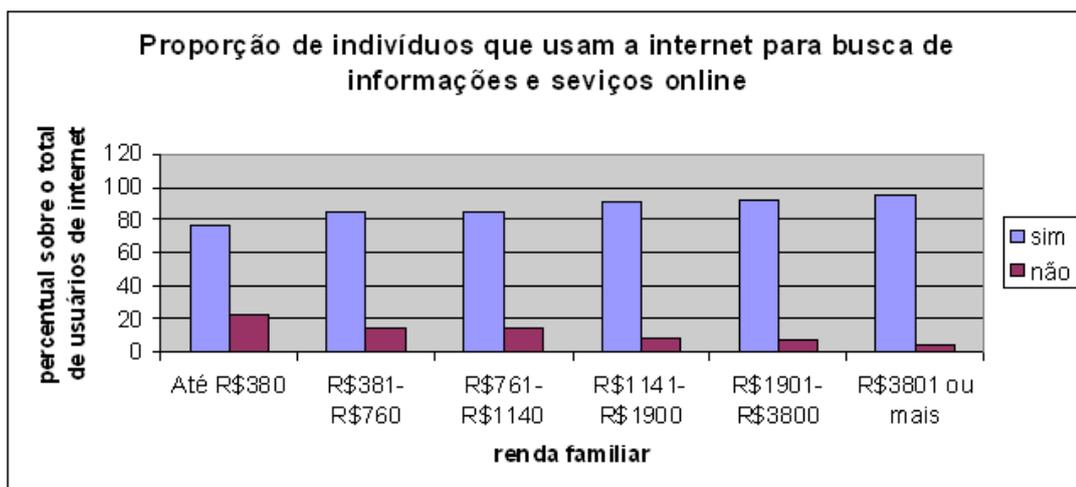


Gráfico 4. Proporção de indivíduos que usam a Internet para busca de informações e serviços online.

Fonte: CETIC-2007.

Quando se trata de governo eletrônico em específico, temos a seguinte realidade expressa pelo gráfico 5.

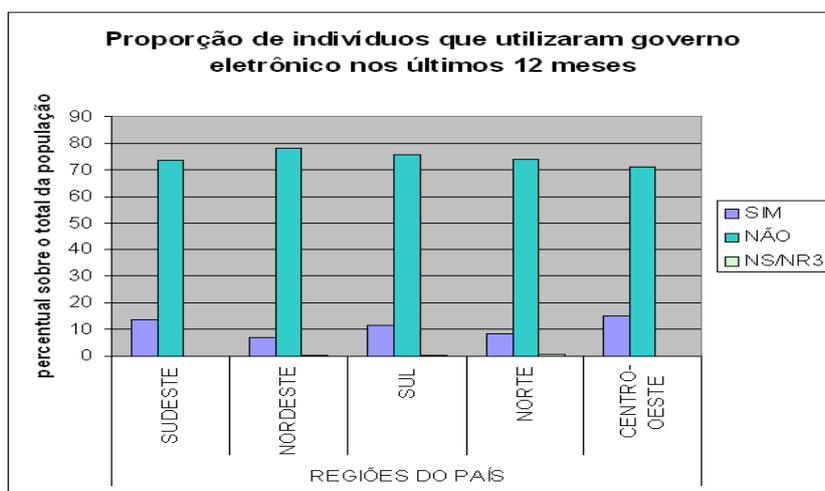


Gráfico 5. Proporção de indivíduos que utilizaram governo eletrônico nos últimos 12 meses.

Fonte: CETIC-2007

Dentre as macro regiões definidas pelo IBGE a que apresenta a maior utilização do governo eletrônico é a Centro-Oeste, seguida da Sudeste. A presença de Brasília justifica o primeiro lugar da região central brasileira e o maior desenvolvimento econômico do Sudeste ajuda a explicar o segundo lugar.

A utilização do governo eletrônico por renda familiar, apresenta a seguinte distribuição retratada no gráfico 6.

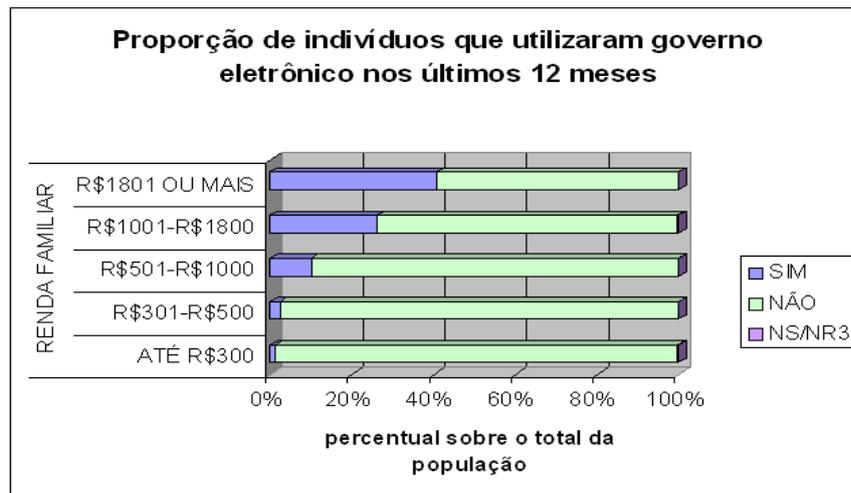


Gráfico 6. Proporção de indivíduos que utilizaram governo eletrônico nos últimos 12 meses.
Fonte: CETIC-2007.

Os serviços do governo eletrônico no Brasil podem ser verificados no gráfico 7 abaixo.

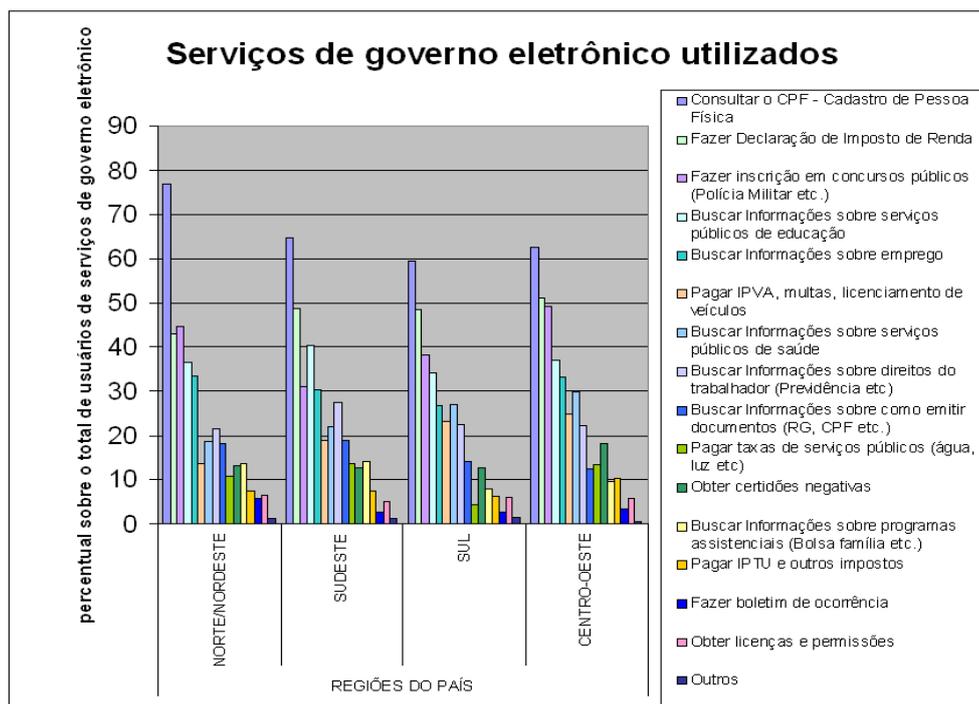


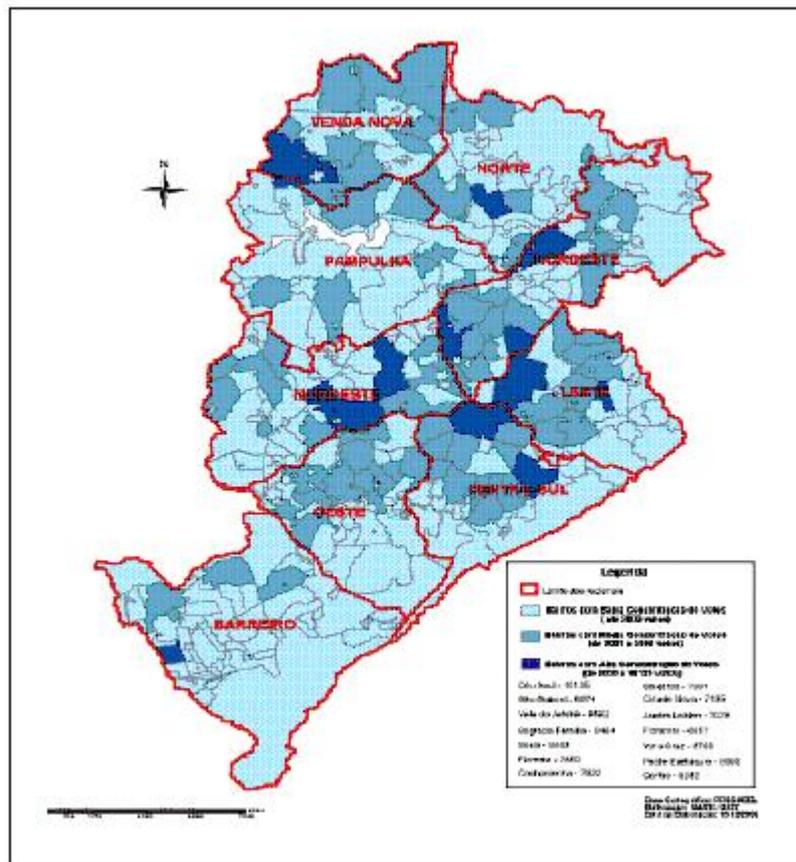
Gráfico 7. Serviços de Governo Utilizados.
Fonte: CETIC- 2007.

O destaque de utilização do governo eletrônico no Brasil é para a consulta do CPF, entrega da declaração do imposto de renda, inscrições em concursos públicos e busca de informações sobre serviços públicos de educação em todo o Brasil. Tal distribuição dos serviços demonstra que é importante o acesso a informações e serviços

pela população de forma geral, contudo acessar apenas serviços não garante a construção da cidadania e democracia, pois o desenvolvimento dessas características nas cidades envolve outros elementos que o processo tecnológico não desenvolve ou não agrega na relação sujeito/máquina. A experiência de Belo Horizonte no que concerne o governo eletrônico é um pouco mais sofisticada e é representada pelo orçamento participativo digital.

Gestão urbana e Democracia eletrônica: análise do planejamento participativo em Belo Horizonte-MG

O município de Belo Horizonte possui experiências interessantes na relação internet e política desde o ano de 2006. No referido ano foi a primeira vez que o orçamento participativo teve sua versão digital, nesse período a prefeitura disponibilizou cinco obras em cada regional da cidade para apreciação da população além de pontos de votação em toda a cidade em praças, escolas, estações de ônibus, mercados, prédios públicos, etc. O maior número de votantes correspondeu a unidades de planejamento carentes como as do Céu Azul, São Gabriel e Vale do Jatobá, como demonstra o mapa 2.



Mapa 2 – Distribuição dos votos do OP digital por bairros
Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte- Prodabel, 2007.

No ano de 2008 foi a segunda experiência no orçamento participativo digital. Nesse ano a Prefeitura colocou à disposição cinco grandes áreas viárias distribuídas em vários pontos da cidade. Como mostra o mapa abaixo.



Mapa 3- Obras do OP digital 2008.

Fonte: www.pbh.gov.br/acesso em 01/12/2008.

Os investimentos realizados serão na ordem de R\$ 50 milhões com a proposta de viabilizar a execução de uma grande obra viária que vai beneficiar a todos com melhorias para o trânsito e maior acesso aos transportes públicos. O direito ao voto, estava com os cidadãos com título de eleitor em Belo Horizonte. Segundo Cepik e Heisenberg, (2004, p. 78)

Qualquer projeto de democratização via Internet requer, portanto, encontrar maneiras de tornar a rede acessível à população de baixa renda: ou procura-se maneiras de diminuir os custos do acesso formal através de iniciativas governamentais junto aos mercados de hardware e de provedores de acesso, ou instala-se terminais públicos de acesso. [...] Em outras palavras, quem não tem acesso ou não sabe acessar a Internet, dificilmente vem a fazê-lo no contexto de um quiosque público.

Para quem não tinha acesso a computador ou não sabe utilizar a internet, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte disponibilizou tal como em 2006 pontos de votação públicos e gratuitos em telecentros, escolas municipais e em órgãos administrativos, com a presença de monitores para auxiliar o cidadão que não tem o hábito de usar o computador, além, de um número gratuito para votação por telefone

fixo ou móvel. Foi realizado um monitoramento da votação no período de 21/11/2008 à 08/12/2008 sempre às 16:00h. A partir desse levantamento temos o seguinte resultado:

Tabela 1. Índices de votação das obras públicas

Data	Obra 1 - Av. José Cândido da Silveira / Av. dos Andradás (Votos)	Obra 2 - Av. Dom Pedro I com Av. Portugal (Votos)	Obra 3 - Av. Tereza Cristina com Anel Rodoviário (Votos)	Obra 4 - Portal Sul / Belvedere (Votos)	Obra 5 - Praça São Vicente com Anel Rodoviário (Votos)	Total de Votos	Votos pela Internet	Votos por Telefone
21/11/2008	2634	4458	2286	10008	6947	26.333	25.540 (96,99%)	793 (3,01%)
22/11/2008	2844	4801	2512	10501	8123	28.781	27.895 (96,92%)	886 (3,08%)
23/11/2008	3034	5247	2715	11097	8972	31.065	30.048 (96,73%)	1.017 (3,27%)
24/11/2008	3299	5779	3029	13277	10468	35.852	34.641 (96,62%)	1.211 (3,38%)
25/11/2008	3632	6492	3726	14595	12710	41.155	39.635 (96,31%)	1.520 (3,69%)
26/11/2008	4097	7309	4497	16175	15926	48.004	45.951 (95,72%)	2.053 (4,28%)
27/11/2008	4580	8028	4902	17907	19257	54.674	52.091 (95,28%)	2.583 (4,72%)
28/11/2008	5323	9105	5844	19482	23050	62.804	59.419 (94,61%)	3.385 (5,39%)
29/11/2008	5642	9609	6173	20425	25248	67.097	63.234 (94,24%)	3.863 (5,76%)
30/11/2008	6008	10053	6335	21643	27396	71.435	67.162 (94,02%)	4.273 (5,98%)
01/12/2008	6539	10774	6777	23068	29991	77.149	72.380 (93,82%)	4.769 (6,18%)
02/12/2008	7319	12065	7339	24698	32803	84.224	78.749 (93,49%)	5.475 (6,51%)
03/12/2008	8099	13356	7901	26328	35615	91.299	84.807 (92,88%)	6.492 (7,22%)
04/12/2008	8879	14647	8463	27958	38427	98.374	90.582 (92,07%)	7.792 (7,93%)
05/12/2008	9659	15938	9025	29588	41239	105.449	96.454 (91,47%)	8.995 (8,53%)
06/12/2008	10699	17659	9774	31761	43412	113.305	102.960 (90,86%)	10.345 (9,14%)
07/12/2008	11740	19382	10524	33935	45587	121.168	110.032 (90,81%)	11.136 (9,19%)
08/12/2008	11740	19382	10524	33935	48739	124.320	112.837 (90,76%)	11.483 (9,24%)

Fonte: www.pbh.gov.br/opdigital período de 21/11/09 a 08/12/09.

O Orçamento participativo digital, em Belo Horizonte, é mais um exemplo de democracia eletrônica. Através da internet a população pode escolher entre os projetos apresentados, escolhendo o que lhes parecer mais adequado. Com essa dinâmica os cidadãos têm o direito de opinar e ajudar a decidir sobre o futuro da cidade de forma rápida e prática interferindo no planejamento urbano participativo da cidade.

A obra vencedora foi a Cinco - Praça São Vicente com anel rodoviário na Região Noroeste de Belo Horizonte. Um importante entroncamento que atende a vários cidadãos que acessam essa região diariamente.

Essa segunda versão do Orçamento participativo digital se diferenciou da primeira, pois nesse, contou-se com mecanismos de participação digitais para promover uma maior interação entre a população como um espaço para emitir opinião sobre as obras e um bate papo *online* com convidados envolvido na obra e com o planejamento urbano da cidade. Alguns deles foram, João Baptista Santiago Neto, Assessor da Sec. Mun. Adjunta de Planejamento, Maria Fernandes Caldas, Secretária Mun. de Planejamento, Orçamento e Informação, Ana Luiza Nabuco Palhano, Sec. Mun. Adjunta de Planejamento, Murilo de Campos Valadares, Secretário Mun. de Políticas Urbanas. Os convidados discutiram temas variados relacionados à participação popular, op digital, mobilidade urbana, etc.

Considerações

A contribuição deste artigo encontra-se na esfera da possibilidade de redefinição de políticas públicas como as que envolvem as *TICs* para que mais pessoas possam dispôr de elementos para atuação no urbano. São pertinentes investimentos estatais de cunho tecnológico/informacional que avancem no planejamento participativo da sociedade contemporânea com redes invisíveis e espaços tradicionais.

A utilização do governo eletrônico para fins políticos ainda é bastante restrita a determinadas classes econômicas. Ampliar mecanismos de participação no governo eletrônico auxilia no debate do aproveitamento das políticas públicas de inclusão e desenvolve maior participação popular nas decisões políticas.

Sendo assim, espera-se ter contribuído para novas maneiras de pensar a política, gestão da informação governamental de domínio público e processos urbanos, favorecendo a reconstituição de laços sociais, desburocratização das administrações, otimização do tempo real, racionalização dos recursos e equipamentos coletivos das cidades, experimentando assim novas formas democráticas. Os indivíduos estarão mais propensos a participar em atividades políticas e cívicas se estiverem de posse de motivos e oportunidades necessários para fazê-lo.

¹Consideramos como problemas básicos, aqueles ligados à organização do consumo coletivo, baseado na vida diária de todos os grupos sociais. O consumo refere-se à moradia, educação, cultura, comércio, transportes, etc.

² O governo eletrônico é a contínua otimização da prestação de serviços do governo, da participação dos cidadãos e da administração pública pela transformação das relações internas e externas através da tecnologia, da Internet e dos novos meios de comunicação. O governo eletrônico tem assumido cada vez mais destaque pelo crescimento das expectativas dos cidadãos, globalização e progresso tecnológico e reforma do governo.

Referências

BEMFICA, Julina do Couto. Informação e Cidadania- Notas sobre o direito à informação nos regimes democráticos. In. **Espaço Belo Horizonte, trabalho, tecnologia, informação na administração municipal**. BH: PBH Dez, 1996.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política- Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CEPIK, Marco e EISENBERG, José. **Internet e política-Teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e Internet. (In). CEPIK, Marco e EISENBERG, José. **Internet e política-Teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002.

UHLIR, Paul F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006.